

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 10

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Ato contra Previdência termina em confronto com a polícia 3

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
SEGURIDADE SOCIAL

Projeto institui INSS como gestor da previdência de servidores federais 4

PORTAL R7 - NACIONAL - SÃO PAULO
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara de São Paulo aprova reforma da previdência em 2º turno 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Benefícios fiscais acabam transferindo valores para as pessoas mais ricas
(Tendências/Debates) (Artigo) 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Moro se filia ao Podemos, ataca Jair Bolsonaro e o PT e defende a Lava Jato 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Apps e redes já somam 22% da evasão tributária 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relator apresenta parecer a favor da desoneração 15

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Uma nova âncora fiscal (Artigo) 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Defesa do programa social 18

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Moro põe Bolsonaro na mira 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Juros altos e PIB em queda em 2022 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Moro rasga fantasia de frente única com discurso para 2018 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Inflação não se esgota em 2021 e ameaça preços em 2022 23

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

O esquisito critério do fundo de segurança (Editorial) 26

Quinta-Feira, 11 de Novembro de 2021

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Moro adota discurso de presidenciável, cita força-tarefa contra a pobreza e busca 3ª via 28

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Senado precisa barrar a PEC dos Precatórios (Editorial) 30

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Pesquisa mostra queda de popularidade presidencial 31

Ato contra Previdência termina em confronto com a polícia



RONALDO SILVA/FUTURA PRESS

Confusão ocorreu nos arredores da Câmara Municipal de São Paulo

GUSTAVO QUEIROZ

Servidores municipais entraram em confronto ontem com a polícia nos arredores da Câmara Municipal de São Paulo, momentos antes do início da sessão de votação da reforma da Previdência Municipal proposta pelo prefeito Ricardo Nunes. Manifestantes jogaram ovos e tentaram forçar a entrada do prédio.

Policiais usaram gás lacrimogêneo, balas de borracha e bombas para conter os manifestantes.

Esta é a nona manifestação organizada pelos servidores municipais desde setembro, quando a proposta foi enviada à Câmara pelo prefeito.

A votação, em segundo turno, não havia sido concluída até a conclusão desta edição.

A confusão na rua se refletiu dentro da Casa, quando vereadores contrários e favoráveis ao projeto do Executivo passaram a se empurrar e tentar impedir a continuidade da votação, em meio aos protestos do lado de fora.

Após a ação da Guarda Civil Metropolitana e da Polícia Militar, parte dos manifestantes deixaram o local. Uma tentativa de postergar a votação chegou a ser apreciada, mas os partidos favoráveis formaram maioria para mantê-la.

A Polícia Militar informou que nenhum manifestante foi preso. A Secretaria Municipal de Segurança Urbana não retornou aos pedidos de informação da reportagem.

ALÍQUOTA. Os servidores são contrários à votação

em segundo turno de uma proposta que altera as regras da **previdência social** para servidores municipais.

Entre as principais mudanças está a cobrança de uma alíquota de 14% em valores pagos aos aposentados que ganharem acima do teto. Também se propõe uma idade mínima e um maior tempo de contribuição para a aposentadoria.

A gestão Ricardo Nunes afirma que a reforma - que pode ser a segunda, em menos de três anos - é necessária para que se reduza o déficit estimado em R\$ 171 bilhões para R\$ 60 bilhões no prazo de 75 anos.

Em nota, a prefeitura afirmou que a Guarda Civil Metropolitana sofreu investidas dos manifestantes, que buscavam entrar o prédio. "Os protocolos de uso progressivo da força foram utilizados para conter a situação e evitar danos".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projeto institui INSS como gestor da previdência de servidores federais

Brasília

*/
Lucas Nanini, do R7, em Brasília*

O presidente da República, Jair Bolsonaro, encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar para instituir o Instituto Nacional de Seguro Nacional (**INSS**) como único órgão de gestão do Regime Próprio de **Previdência Social** (RPPS) dos **servidores públicos** federais. Segundo o governo, a medida visa simplificar, desburocratizar e reduzir custos operacionais com pagamento de aposentadorias e pensões aos trabalhadores da União.

A Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) informou que há projeções de que a gestão unificada vai possibilitar uma economia de R\$ 27 milhões por ano. O despacho informando sobre o envio do texto ao projeto foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta quinta-feira (11).

Pelo projeto, o **INSS** será responsável por toda a gestão de aposentadoria dos servidores e membros do Poder Executivo (Administração Direta, autarquias e fundações públicas), do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União.

"A escolha pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) tem papel estratégico na decisão, uma vez que o instituto possui grande experiência na gestão previdenciária do Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) e executa a aposentadoria dos seus próprios servidores - o que corresponde a aproximadamente 28% da Administração Indireta do Poder Executivo Federal", anunciou o governo.

Segundo a SGPR, a nova atribuição do **INSS** será processada de forma totalmente separada das outras atribuições do instituto. "As atividades orçamentárias, financeiras, concessão e manutenção dos benefícios dos **servidores públicos** federais serão desenvolvidas por equipe de especialistas exclusivos do próprio corpo funcional."

A proposta também prevê colegiados, com participação de outros Poderes e de beneficiários, para supervisionar a gestão do RPPS pelo **INSS**.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/projeto-institui-inss-come-gestor-da-previdencia-de-servidores-federais-11112021>

Câmara de São Paulo aprova reforma da previdência em 2º turno

São Paulo

**/
Do R7**

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou na noite desta quarta-feira (10), em segundo turno, a reforma da previdência de servidores municipais: com 37 votos a favor e 18 contrários. A medida segue para sanção do prefeito Ricardo Nunes (MDB), autor da proposta, e entra em vigor 120 dias após sua publicação.

O texto prevê o fim da isenção para aposentados em relação a contribuições para a previdência municipal. Desta forma, todos os servidores aposentados que recebem mais do que um salário mínimo (R\$ 1.100) vão pagar 14% sobre a diferença.

Atualmente, estão isentos os aposentados da prefeitura que recebem menos do que o teto do **INSS** - R\$ 6.433,57. A prefeitura estima que vão ser afetados 63.730 servidores aposentados, que hoje não fazem nenhuma contribuição previdenciária.

A gestão Nunes alega que a reforma (a segunda, em menos de três anos) é necessária para que se reduza o déficit estimado em R\$ 171 bilhões para R\$ 60 bilhões num prazo de 75 anos. Em 2018, o Município já havia aprovado o aumento da contribuição dos servidores - a alíquota sobre a folha de pagamento passou de 11% para 14%.

Mais cedo, servidores municipais de São Paulo entraram em confronto com policiais militares e guardas-civis durante protesto em frente à Câmara Municipal, na região central, contra o projeto de reforma da previdência.

A manifestação ocorreu inicialmente de forma pacífica e reuniu os servidores diante do Palácio Anchieta. No fim da tarde, no entanto, parte dos manifestantes tentou invadir o prédio, segundo relato da Polícia Militar, provocando a reação dos agentes, que usaram bombas de gás.

Site: <http://noticias.r7.com/sao-paulo/camara-de-sao-paulo-aprova-reforma-da-previdencia-em-2-turno-11112021>

Benefícios fiscais acabam transferindo valores para as pessoas mais ricas (Tendências/Debates) (Artigo)

Eduardo Suplicy Vereador de São Paulo pelo PT, é presidente de honra da Rede Brasileira da Renda Básica; ex-senador (1991-jan.2015) e doutor em economia pela Universidade Estadual de Michigan (EUA)

A Folha demonstrou recentemente que, apesar dos discursos do ministro Paulo Guedes (Economia) de que iria diminuir as desonerações fiscais, tendo diversas vezes criticado "os piratas privados e burocratas corruptos" que se apropriam de recursos públicos, o governo Jair Bolsonaro aumentou o volume de subsídios e créditos fiscais.

O diretor da IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado) Josué Pellegrini chama a atenção para o fato de que não houve qualquer mudança na legislação. Enquanto os benefícios tributários no Orçamento de 2018 foram de R\$ 321,4 bilhões, valor atualizado pela **inflação**, o projeto de Orçamento de 2022 estima um total de R\$ 371,1 bilhões em incentivos tributários.

Já em 2017, a então ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) observou que desonerações fiscais não servem de incentivo suficiente para que os empresários aumentem investimentos: quando pagam menos **impostos**, preferem aumentar a margem de lucro a investir em geração de emprego e renda. Em entrevista concedida depois de uma reunião da Organização Mundial do Comércio, em Genebra, a presidenta Dilma fez a seguinte declaração: "Eu acreditava que, se diminuísse **impostos**, teria um aumento de investimentos. Eu diminuí e me arrependo disso. No lugar de investir, eles (os empresários) aumentaram a margem de lucro".

Essas duas observações são importantes na reflexão sobre como poderá o Brasil cumprir efetivamente a lei 10.835/2004, que institui, por etapas, a renda básica de cidadania até chegarmos à sua universalidade e incondicionalidade. Em verdade, enquanto o programa Bolsa Família tem, em 2021, um orçamento de R\$ 34,7 bilhões, previstos para beneficiar 14,7 milhões de famílias mais pobres, podemos constatar que os benefícios fiscais e creditícios significam, com poucas exceções, uma transferência de renda em benefício das pessoas mais ricas em valor bem maior.

Quando o professor Ricardo Paes de Barros, do Insper, um dos mais distinguidos pesquisadores do tema, diz que o importante é fazer as transferências chegarem aos que mais precisam, eu o conclamo a refletir a razão pela qual os maiores estudiosos do assunto chegaram à conclusão de que, para beneficiar os que mais precisam, muito melhor será pagar a todas as pessoas, de forma incondicional, a renda básica de cidadania.

Importante destacar que o Supremo Tribunal Federal acatou o mandado de injunção impetrado pela Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, pela qual o governo federal deverá regulamentar a renda básica de cidadania, com efeito a partir de 2022, a ser paga a todas as pessoas abaixo da linha da pobreza.

No dia 20 de outubro fez 18 anos que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criou o Bolsa Família, que teve resultados positivos com respeito à diminuição da desigualdade, da fome e da pobreza.

Sem maior debate com os estudiosos do tema, o presidente Bolsonaro extingue o programa através de medida provisória, que cria nove diferentes programas, com regras que não avançam em direção à renda básica de cidadania.

Se viermos a somar os benefícios fiscais concedidos, R\$ 371 bilhões, e o Bolsa Família, R\$ 35 bilhões, teríamos um total de aproximadamente R\$ 406 bilhões. Divididos por 213 milhões de habitantes, significaria R\$ 1.906 por ano por brasileiro, ou R\$ 158 por mês. Numa família de pai, mãe e três crianças, equivaleria a uma renda básica de cidadania de R\$ 790 por mês, valor muito maior que o proposto pelo programa Auxílio Brasil. Se acrescentarmos as demais formas de transferência de renda, poderíamos ter um valor ainda maior.

Qual será a maior vantagem? Além de eliminarmos toda e qualquer burocracia em se precisar saber quanto cada um ganha, no mercado formal ou informal, ampliaremos o grau de liberdade de cada pessoa. Seria finalmente possível, como nos convoca o papa Francisco em "Vamos Sonhar Juntos" (2020,

Intrínseca), garantir a dignidade de rejeitar condições de trabalho que as aprisionam na pobreza. Tudo isso de forma progressiva, de forma que quem tem mais contribua proporcionalmente mais para que isso venha a ocorrer.

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49726&_ga=2.96104859.629946747.1636534692-1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&anchor=6445091&pd=9322b3d84f77af2be6e2a912c736e089

Moro se filia ao Podemos, ataca Jair Bolsonaro e o PT e defende a Lava Jato



O ex-juiz da Lava Jato Sergio Moro discursa durante seu ato de filiação ao Podemos. Adriano Machado/Reuters

Julia Chaib Ranier Bragon

BRASÍLIA

O ex-juiz federal e ex-ministro Sergio Moro anunciou nesta quarta-feira (10) sua filiação ao Podemos, e, em um discurso com tom de candidato à Presidência, defendeu o legado da Lava Jato e atacou Jair Bolsonaro, de quem teria sofrido boicote, além do ex-presidente Lula, a quem condenou e prendeu, o retirando da corrida presidencial de 2018.

"Chega de corrupção, chega de mensalão, chega de petrolão, chega de rachadinha, chega de orçamento secreto. Chega de querer levar vantagem em tudo e enganar o povo brasileiro", discursou Moro para um auditório com cerca de 700 pessoas.

Moro, que sempre repetiu que nunca entraria na política e cuja filiação serve para reavivar o lava-jatismo, dessa vez foi direto em assumir o figurino de político e candidato à Presidência.

"Esse não é um projeto pessoal de poder, mas sim um projeto de país. (...) Se, para tanto, for necessário assumir a liderança nesse projeto, meu nome sempre estará à disposição do povo brasileiro. Não fugirei dessa luta, embora saiba que será difícil."

Apesar de tentar passar a imagem de que sua candidatura não terá como foco único o combate à corrupção, a maior parte da fala do ex-juiz e as peças de publicidade apresentadas no evento seguem a linha de tentar recuperar a credibilidade da extinta operação. Sugeriu a criação e uma corte nacional anticorrupção, a exemplo de outros países, e mirou a

classe política, defendendo o fim do foro especial e da reeleição.

O ex-juiz demonstrou certo nervosismo no início de seu discurso, lido em um teleprompter, e arrancou risos ao dizer que muitos criticam a sua voz. "Não sou bom para discursar, mas sou alguém em que vocês podem confiar."

Para além das questões de corrupção, o ex-ministro de Bolsonaro esboçou algumas propostas: criticou a gestão da pandemia, defendeu liberalismo na economia, com privatizações de estatais ineficientes, expansão do ensino integral, mas também abordou questões caras à esquerda, como a pobreza e o meio ambiente.

O ex-juiz propôs, por exemplo, em analogia à Lava Jato, a sua primeira "operação especial", a criação de uma "Força-Tarefa de Erradicação da Pobreza".

Ao mesmo tempo em que reconheceu a relevância de programas de transferência de renda, condenou o furo do teto de gastos.

"Mesmo quando se quer uma coisa boa, como esse aumento do Auxílio-Brasil ou do Bolsa-Família, que são importantes para combater a pobreza, vem alguma coisa ruim junto, como o calote de dívidas, o furo no teto de gastos e o aumento de recursos para outras coisas que não são prioridades."

Moro também falou em bandeiras do bolsonarismo, pregando ser preciso "proteger a família brasileira" contra a violência, a desagregação e as drogas, e defendeu a valorização dos militares. "As Forças Armadas pertencem ao povo brasileiro, não ao governo."

Visto como incógnita por partidos, ele defendeu ainda o livre mercado, a reforma do "nosso sistema confuso de **impostos**", a privatização de "estatais ineficientes".

Também em contraposição a palavras e ações de Bolsonaro e Lula, defendeu o trabalho dos jornalistas e disse que jamais tentará impor controle sobre a imprensa -apesar de não ter se manifestado sobre isso nos diversos episódios de ataque à imprensa profissional durante sua participação no governo Bolsonaro.

Moro fez questão de dizer que só saiu do governo por ter sofrido nas ações do Ministério da Justiça, o qual comadava.

"Quería combater a corrupção, mas, para isso, eu precisava do apoio do governo e esse apoio me foi negado", disse. "Quando vi meu trabalho boicotado e quando foi quebrada a promessa de que o governo combateria a corrupção, sem proteger quem quer que seja, continuar como ministro seria apenas uma farsa."

A fala de Moro foi precedida por um vídeo profissional, com tom de campanha, no qual o ex-ministro aparece andando em frente ao STF (Supremo Tribunal Federal) com uma faixa escrito "justiça" e com foco na sua atuação na Lava Jato.

"Moro quer escrever uma história que todos queremos, um país que quer caminhar com justiça, ter escola em universidade, de ter um teto para morar. Justiça para este homem não é luz no fim do túnel", disse o narrador do vídeo.

Neste ano, o STF considerou Moro parcial nos processos em que atuou como juiz federal contra Lula. Com isso, foram anuladas ações dos casos tríplex, sítio de Atibaia e Instituto Lula pela Lava Jato.

Diferentes pontos levantados pela defesa do petista levaram à declaração de parcialidade, como condução coercitiva sem prévia intimação para oitiva, interceptações telefônicas do ex-presidente, familiares e advogados antes de adotadas outras medidas investigativas e divulgação de grampos.

A ida para uma cadeira no ministério de Bolsonaro também pesou, assim como os diálogos entre integrantes da Lava Jato obtidos pelo site The Intercept Brasil e publicados por outros veículos de imprensa, como a Folha, que expuseram a proximidade entre o juiz e os procuradores da Lava Jato.

Em resumo, Moro indicou testemunha que poderia colaborar para a apuração sobre Lula, orientou a inclusão de prova contra um réu em denúncia que já havia sido oferecida pelo Ministério Público Federal, sugeriu alterar a ordem de fases da Lava Jato e antecipou ao menos uma decisão judicial.

O ex-magistrado sempre repetiu que não reconhece a autenticidade das mensagens, mas que, ainda que fossem verdadeiras, não contêm ilegalidades.

O evento foi realizado no centro de convenções Ulysses Guimarães e foi marcado por certa desorganização, atraso e ausência de atores políticos

relevantes.

Presidentes dos principais partidos de centro e centro-direita, por exemplo, não compareceram. PSDB e MDB enviaram representantes.

Entre as figuras de mais destaque, estavam o pré-candidato à Presidência Luiz Henrique Mandetta (DEM), o general Santos Cruz -ex-aliado de Bolsonaro e hoje desafeto-, líderes do Movimento Brasil Livre -os deputados federal Kim Kataguiri (DEM-SP) e estadual Arthur do Val (Patriota-SP)-, os deputados federais Joice Hasselmann (PSDB-SP), Marcel van Hattem (Novo-RS) e Luís Miranda (DEM-DF), além do empresário Paulo Marinho (PSDB), que atuou na campanha de Bolsonaro em 2018 e hoje também está rompido.

"Vim prestigiar, importante a presença do ex-ministro nesse cenário de eleição. Ele traz a mensagem de combate à corrupção, deixada de lado pelo capitão [Bolsonaro]", disse Marinho, que ponderou, entretanto, que seu candidato a presidente é o governador João Doria (PSDB-SP).

"Está todo mundo colocando os cavalinhos na pista, vamos ver quem vai se destacar mais", afirmou Arthur do Val. Miranda disse que Moro é o seu candidato.

Santos Cruz disse que deve se filiar também ao Podemos no futuro e que ainda não sabe se sairá candidato a algum cargo. Mas pregou a necessidade de rompimento da polarização eleitoral entre Lula (PT) e Jair Bolsonaro, que caminha para se filiar ao PL.

"Continuar qualquer um dos dois é continuar com os mensalões, orçamentos secretos e shows na avenida paulista", afirmou.

Da equipe que participou da Lava Jato, compareceu o procurador aposentado Carlos Fernando dos Santos Lima, hoje advogado e consultor em compliance. Deltan Dallagnol, coordenador da operação e que anunciou sua saída do Ministério Público no último dia 4, não foi visto.

Até entre integrantes do Podemos, Moro terá que vencer obstáculos. O deputado federal Bacelar (BA), da base de apoio do governo do PT na Bahia, que compareceu ao evento, disse que ainda é cedo para falar em candidatura presidencial do partido, mas que seguirá a orientação da legenda.

Falaram antes de Moro o senador Álvaro Dias (Podemos-PR), candidato à Presidência do partido em 2018 (ficou na nona colocação), e a presidente do Podemos, Renata Abreu.

"Os barões da corrupção querem sequestrar a narrativa dizendo que o Moro julgou por interesses políticos. Não venham dizer que Sergio Moro julgou por interesses políticos. Julgou pelo país, pela democracia, julgou e condenou aqueles que roubaram não apenas os recursos públicos, mas os sonhos e esperanças de vida melhor do povo brasileiro", discursou o senador.

"A mudança do nosso país depende de cada um de nós. Não adianta mais votar no rouba, mas faz, no poulismo barato", discursou Renata.

A filiação de Moro ao Podemos representa a formalização do pontapé inicial de uma possível candidatura presidencial e mais um degrau de sua migração do mundo jurídico para a política -trajetória que, segundo seus inúmeros críticos, começou ainda sob a toga de juiz.

Moro foi o responsável pelo julgamento dos casos da Lava Jato na 13ª Vara de Curitiba, incluindo a condenação que acabaria por levar à prisão e barrar a candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Pouco mais de um ano após essa decisão, Moro aderiu formalmente ao grupo que derrotou o PT na disputa eleitoral, trocando a magistratura pelo Ministério da Justiça de Jair Bolsonaro.

A aceitação do convite foi tornada pública no dia 1º de novembro de 2018, apenas quatro dias depois da vitória eleitoral do futuro chefe.

Em entrevista dias após aceitar o convite, Moro rebateu as críticas dizendo não pautar sua vida com base na "fantasia" de que perseguiu Lula politicamente.

"Sei que alguns eventualmente interpretaram a minha ida como uma espécie de recompensa. É algo absolutamente equivocado, porque minha decisão [que condenou Lula] foi tomada em 2017, sem qualquer perspectiva de que o então deputado federal [Bolsonaro] fosse eleito presidente da República."

O ex-xerife da Lava Jato assumiu a nova função com fama de superministro indemissível, mas com o decorrer do tempo acumulou recuos e derrotas.

Seu pacote de mudanças na legislação com o objetivo declarado de coibir a corrupção e o crime, por exemplo, foi desfigurado pelo Congresso, com o aval de Bolsonaro. Ao sancionar a lei, o presidente ignorou a maioria dos pedidos de veto de Moro.

O Em Frente Brasil, programa de tentativa de redução

da criminalidade que pretendia tornar bandeira de sua passagem pelo ministério, acabou em fracasso.

Após um processo de desgaste contínuo, o ex-juiz acabou pedindo demissão em abril de 2020, em meio a acusações de que Bolsonaro tentava interferir indevidamente na Polícia Federal.

No final de 2020 a empresa de consultoria global de gestão de empresas Alvarez Marsal, administradora judicial do processo de recuperação do Grupo Odebrecht, um dos principais alvos da Lava Jato, anunciou a contratação do ex-juiz como sócio-diretor para atuar na área de disputas e investigações.

Na última vez em que teve seu nome testado pelo Datafolha, em maio, o ex-juiz atingiu 7% de intenções de voto para presidente. Lula tinha 41% e Bolsonaro, 23%.

RELEMBRE

declarações

EM QUE MORO DISSEQUE NÃO ENTRARIA PARA A POLÍTICA

Não existe nada disso.

Eu tinha um plano quando estava no ministério, saí faz um mês. Nunca tive essas ambições pessoais nesse nível, sou uma pessoa muito mais simples em junho de 2020, ao ser questionado sobre se sonhava um dia ser presidente

Site:

https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49726&_ga=2.96104859.629946747.1636534692-1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&anchor=6445091&pd=9322b3d84f77af2be6e2a912c736e089



Raio-X do Podemos

Ano de fundação

1995, como PTN (com o nome atual desde 2017)

Presidente

Renata Abreu,
deputada federal (SP)

10

deputados federais

9

senadores

102

prefeitos eleitos em 2020

R\$ 32 milhões

fundo partidário (2020)

R\$ 78 milhões

fundo eleitoral (2020)

Apps e redes já somam 22% da evasão tributária

Paula Soprana

O varejo brasileiro deixou de pagar aos cofres públicos de R\$ 95 bilhões a R\$ 125 bilhões em 2020 devido a transações sem nota fiscal de empresas e vendedores individuais que atuam no setor, em especial em canais digitais. A estimativa consta de um estudo da consultoria global McKinsey, que foi produzido para o IDV (Instituto para o Desenvolvimento do Varejo) e divulgado nesta quarta-feira (10).

O estudo aponta ainda que a perda de arrecadação ocorre principalmente nos segmentos de vestuários e calçados, seguidos de alimentos e bebidas, farmácia e varejo de beleza e eletrônicos e celulares.

Considerando a evasão tributária circulante no varejo, mas que não foi originada nele, a estimativa é que R\$ 176 bilhões a R\$ 225 bilhões deixaram de ser arrecadados no Brasil no ano passado, o que representaria cinco vezes o orçamento anual de investimentos da União em infraestrutura.

O efeito da pandemia sobre o mercado de trabalho acentuou o problema. Trabalhadores informais, que não têm registro de nenhuma empresa, passaram a comercializar produtos sem nota fiscal, ou seja, sem recolher **impostos** inerentes à atividade varejista.

O trabalho informal no Brasil tem crescido e já representa 42% da força de trabalho, 20 pontos percentuais acima da média dos países que fazem parte da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Durante a pandemia, cerca de 40 milhões de brasileiros sem carteira assinada e auxílio governamental foram caracterizados como "invisíveis" pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

Ao analisar todos os segmentos da economia, a evasão ou não arrecadação pode ter alcançado até R\$ 600 bilhões no ano passado, segundo o estudo, quando cresceu a informalidade e o desemprego diante da crise de coronavírus.

O IDV, que encomendou o levantamento, representa 76 varejistas, incluindo grandes empresas como Americanas, Magazine Luiza, McDonald's e GPA, para servir de base a propostas de políticas públicas contra a informalidade e a sonegação.

O estudo resulta de rodadas de entrevistas com associados do IDV e associações setoriais, de pesquisa de mercado com mais de 200 vendedores e uma série de discussões com especialistas nacionais e internacionais sobre o setor, além de análise de dados públicos e setoriais.

Da evasão fiscal no varejo, 22% ocorreu em canais digitais, segundo o levantamento. São plataformas digitais, aplicativos de conversa, redes sociais e sites. O cross-border, que é a transação internacional mas anunciada em canais que operam nacionalmente, representou 70% dos casos, o que significa até R\$ 20 bilhões.

"O cross-border digital tem crescido muito. É um tema que será cada vez mais relevante em relação à informalidade nos próximos anos", afirma Luís Lima, sócio da McKinsey.

O estudo traz o exemplo de um Apple AirPods Pro, fone de ouvido sem fio da Apple, ofertado com preço 80% inferior em plataformas onde o vendedor consegue burlar os **tributos**.

Sem especificar onde o produto é anunciado, o estudo exemplifica um anúncio em que o vendedor garante a originalidade do item: "Normalmente, tomaremos a iniciativa de declarar um preço baixo para você durante o envio, como cerca de US\$ 20. Se o seu país precisar declarar um preço mais baixo, faça uma nota após fazer o pedido".

Outros produtos como bonecas Barbie e brinquedos anime saem 38% e 65% mais baratos, respectivamente, se adquiridos em canais com pouco monitoramento sobre transações internacionais sem nota fiscal.

Segundo a pesquisa, quase metade (47%) dos entrevistados que se declaram microempreendedores e MEIs (microempreendedores individuais) afirmam ter receita acima do limite permitido em suas categorias tributárias; 25% dos MEIs dizem operar no varejo digital através de múltiplas empresas; e 10% dos vendedores admitem ter comprado produtos sem nota fiscal para revenda online.

A percepção dos vendedores é que a atuação informal

é facilitada em aplicativos de conversa (56%) e em redes sociais (47%). Plataformas digitais e sites próprios ficam com 21% e 24%, respectivamente.

Instrução a vendedores, controle de CNPJ e de CPF e exigência de emissão de nota fiscal são práticas recomendadas a plataformas digitais. O Mercado Livre, que tem a maior operação de comércio eletrônico da América Latina, tem trabalhado para regularizar pequenas e médias empresas que vendem em sua plataforma.

"Se pequenos e médios se formalizarem com desoneração de folha de pagamento, com simplificação tributária, teremos muito mais empregados contribuindo para a Previdência, e isso favorece não só as pequenas empresas, mas toda a economia. Se as pequenas e médias não estão bem, as grandes também não estão", afirma Marcelo Silva, presidente do IDV.

As plataformas digitais apresentam diferentes níveis de monitoramento sobre a situação informal dos vendedores. Para Silva, é importante que as redes sociais tenham o mesmo controle que outros varejistas.

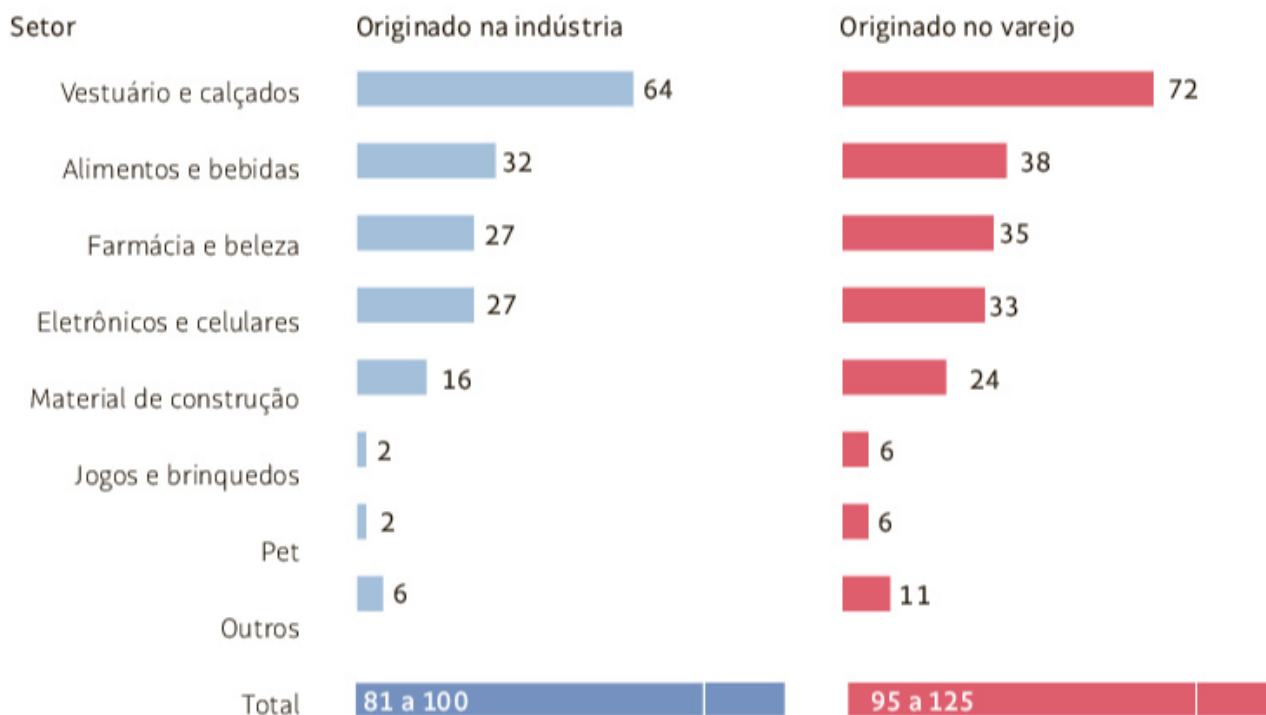
"Uma coisa é colocar seu produto fazendo publicidade [como modelo de negócio], outro é fazer a comercialização no marketplace, aí entendemos que é uma transação comercial, e, como tal, deveria ter os mesmos controles e pagar os mesmos **impostos** que nós brasileiros pagamos", afirma.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49726&anchor=6445081&pd=f7a0971060771b139e28cae01c17d5b8>

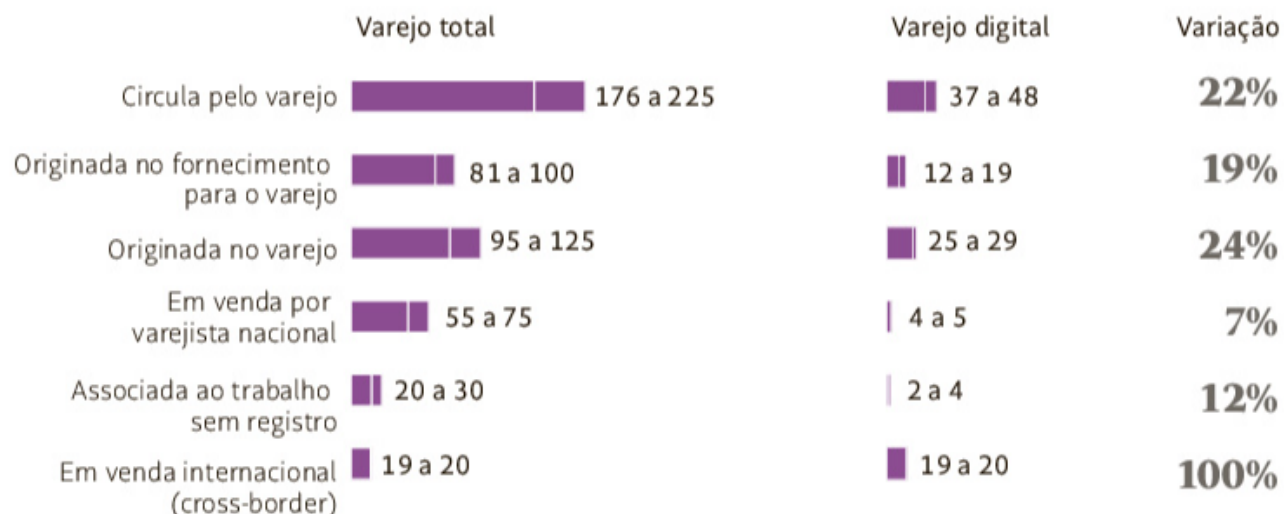
Evasão que circula no varejo pode chegar a R\$ 225 bilhões

Em R\$ bilhões



Evasão tributária estimada

Em R\$ bilhões



Fontes: McKinsey e IDV

Relator apresenta parecer a favor da desoneração

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187059?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187059?page=1§ion=1

Uma nova âncora fiscal (Artigo)

José Serra

Quem vencer as eleições presidenciais de 2022 no Brasil terá de enfrentar o grande desafio de promover a recuperação econômica do País num contexto de responsabilidade fiscal. Como é óbvio, isso só será viável se o governo federal adotar uma estratégia de ação pragmática e minimamente compatível com a que vem sendo praticada nos países economicamente bem-sucedidos.

Governos no mundo inteiro estão aumentando os gastos públicos para lidar com os efeitos adversos causados pela pandemia num contexto de crise econômica, política e social.

No Brasil, ademais, as cicatrizes provocadas pela pandemia da covid-19 serão mais extensas em decorrência do elevado desemprego, do aumento da desigualdade social e da pobreza e dos riscos associados à sustentabilidade da dívida pública.

O cenário torna-se ainda mais desafiador com o aumento da **inflação** global, que reflete a escassez de oferta de produtos e serviços provocada pela pandemia. Resultado: a evolução dos preços das commodities chega a assustar, com o aumento da cotação média do petróleo de US\$ 56,3, em 2020, para US\$ 65,7, em 2021. E, o que é pior, o preço dos alimentos disparou para o nível mais alto desde 2014.

O novo governo terá de fazer planejamento orçamentário para valer, como condição para enfrentar as sequelas da pandemia - já presentes - envolvendo programas nas áreas da saúde, da educação e das redes de segurança social. Devese ter claro, também, que o espaço fiscal para financiar políticas públicas se reduz quando o Banco Central aumenta a taxa de juros para conter as expectativas inflacionárias. Nesse contexto, a responsabilidade fiscal torna-se um fator-chave para viabilizar uma agenda de políticas públicas mais abrangentes.

Sem uma âncora fiscal adequada, as propostas viram promessas vazias, os riscos fiscais são maiores e os juros se tornam mais elevados, na medida em que o descontrole das contas públicas se torna mais evidente para os agentes econômicos.

Pode-se argumentar que a adoção do teto de gastos visava precisamente a conter o descontrole herdado do governo Dilma Rousseff, servindo como âncora fiscal da política econômica. Mas não foi bem assim,

em face das diversas mudanças desde sua criação.

No contexto atual, a chamada PEC dos Precatórios, na verdade, representa o fim do teto como mecanismo de controle dos gastos públicos. Seu objetivo declarado passou a ser uma ampliação do espaço fiscal para gastos correntes permanentes, mediante a geração de dívidas com títulos precatórios que passariam a ser removidas das estatísticas.

Com isso, o teto passará a promover descontroles fiscais, em vez de contê-los.

A evolução da dívida pública é o principal indicador de solvência de um país e é indispensável que as expectativas do mercado em relação às contas fiscais estejam ancoradas em regras que permitam seu monitoramento. Mas mecanismos de controle da despesa, como o teto de gastos, devem ser considerados instrumentos de operacionalização da gestão fiscal. Neste caso, a âncora da responsabilidade fiscal deve estar associada diretamente ao endividamento público, que pode ser influenciado não somente pela despesa, mas também pela receita. Num país com sistema tributário injusto, como o Brasil, essa abordagem faz toda a diferença.

Alega-se que o teto de gastos viabilizaria reformas tributárias e administrativas destinadas a promover justiça tributária e conter supersalários em órgãos fora da esfera do Executivo. No entanto, medidas para promover progressividade no regime tributário e eliminar privilégios no setor público não abrem espaço fiscal no teto de gastos para uma agenda social minimamente adequada.

Cada Poder da República tem o seu próprio teto, portanto, economias em órgãos fora do Executivo, nos quais se concentram os privilégios mais caros do Estado, não geram recursos no orçamento do Poder Executivo. Além disso, a cobrança de **impostos** dos setores mais ricos também não gera espaço fiscal no teto. Se a âncora fiscal fosse uma regra de controle do endividamento público, essas reformas - tributárias e administrativas - passariam a ter impacto relevante sobre o financiamento do gasto social.

Na Europa, a Comunidade Europeia iniciou, recentemente, a discussão sobre quais serão os novos instrumentos de controle dos orçamentos.

E o Reino Unido deu um passo importante ao divulgar seu novo arranjo institucional na área fiscal: a

responsabilidade do novo pacote de aumento de gastos será garantida por uma regra de controle do endividamento.

O Congresso Nacional precisa levar em consideração essas mudanças que estão acontecendo no mundo na área fiscal.

Será preciso discutir um novo modelo de governança para a gestão dos recursos públicos de modo a viabilizar propostas econômicas que sejam capazes de gerar desenvolvimento com maior inclusão social.

Nesta agenda, é preciso que sejamos mais pragmáticos e menos ideológicos, deixando narrativas pouco férteis de lado.

No papel de âncora fiscal, o teto de gastos deve ser substituído por uma regra fiscal que tenha como objetivo sinalizar a trajetória da dívida pública.

José Serra, SENADOR (PSDB-SP)

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Defesa do programa social



*Denise Rothenburg e João Vitor Tavarez**

Além da transferência de renda, o Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família, tem o objetivo de emancipar social e economicamente seus beneficiários, conforme afirmou o deputado Marcelo Aro (PP-MG), relator da medida provisória que cria o programa.

"Muitas coisas vão mudar. O Auxílio Brasil mexe com a motivação do beneficiário. O Bolsa Família é um programa de proteção social e teve o seu papel histórico em nosso país, que começou em 2003 e completou, em 2021, 18 anos. É um bom programa de proteção, porém tem defeitos, buracos e lacunas", enfatizou Aro, em entrevista ao programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília.

A MP nº 1.061 está valendo desde a sua publicação, em agosto de 2021. Tem, portanto, força de lei, mas precisa da aprovação do Congresso em até 120 dias para valer de forma definitiva. O texto poderá passar por modificações de deputados e senadores. "Já tem várias mudanças no meu relatório. A primeira é zerar a fila (para recebimento do auxílio)", disse.

Questionado sobre como zerar essa fila, o parlamentar respondeu: "Se você preenche os requisitos para receber o Auxílio Brasil, vai obtê-lo. Não pode ter fila, pois essas pessoas não podem esperar. São pessoas que passam dificuldade em comprar alimento".

Outra mudança, segundo Aro, é mexer na linha de pobreza e extrema pobreza. "Nós vamos corrigir pela **inflação**, que, desde 2018, não temos alteração. A minha proposta é corrigir (a zona de classificação) da extrema pobreza para R\$ 105 e pobreza, para R\$ 210", afirmou.

Segundo Aro, as demais alterações referem-se ao bônus para beneficiários cuja carteira de trabalho for assinada, o auxílio-creche e subsídios para crianças. "Na questão mérito, o texto do governo é bom. Estou mudando alguns detalhes para aperfeiçoar o projeto", frisou.

Em relação ao valor médio do benefício, que ainda está sendo definido pelo governo, o deputado considera que a discussão orçamentária "virou um nó". "Quando eu estava negociando com os ministérios da Economia e da Cidadania, aumentaríamos o orçamento do programa de R\$ 34 bilhões para R\$ 60 bilhões", contou. "Estava trabalhando em cima disso. Até o presidente Bolsonaro falar publicamente que ninguém receberia menos do que R\$ 400, sendo que o tíquete médio do Bolsa Família é R\$ 189. Quando se fala que o valor não será menos de R\$ 400, o benefício passa a ser R\$ 450 ou R\$ 500, que é o mínimo. Para conseguir o que o presidente falou, o orçamento precisa ser de R\$ 85 bilhões", acrescentou.

*Estagiário sob supervisão de Cida Barbosa

Moro põe Bolsonaro na mira



raphael felice

O ex-juiz Sergio Moro filiou-se, ontem, ao Podemos, partido pelo qual pretende encabeçar uma candidatura presidencial, em 2022. Apesar de ainda pairarem dúvidas se ele é, realmente, postulante ao Palácio do Planalto ? não está afastada a hipótese de se lançar ao Senado pelo Paraná ?, alfinetou o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando falou de corrupção, que deverá ser a bandeira da sua campanha.

"Combater a corrupção não é um projeto de vingança ou de punição, é um projeto de justiça na forma da lei. É impedir que as estruturas de poder sejam capturadas e, dessa forma, viabilizar as reformas necessárias para melhorar a vida das pessoas. É um projeto para termos um governo de leis, que age em benefício de todos, e não apenas de alguns. Chega de corrupção, chega de mensalão, chega de petrolão, chega de rachadinha e chega de orçamento secreto", provocou.

Apontado como uma das alternativas da terceira via eleitoral, Moro deixou claro que parte do seu eleitorado é aquela que, em 2018, votou em Bolsonaro por acreditar que combateria a corrupção. Por causa disso é que, ao explicar as razões pelas quais deixou o ministério da Justiça e Segurança Pública, em abril do ano passado, disse que o fez por perceber que a pauta deixara de ser prioridade.

"Quando aceitei o cargo, não o fiz por poder ou prestígio. Eu acreditava em uma missão. Queria combater a corrupção, mas, para isso, eu precisava do apoio do governo e esse apoio me foi negado. Quando vi meu trabalho boicotado e quando foi quebrada a promessa de que o governo combateria a corrupção, sem proteger quem quer que seja, continuar como ministro seria apenas uma farsa", pontuou.

Moro continuou com Bolsonaro na alça de mira. Criticou a política ambiental do governo, a disparada da **inflação** e os 15 milhões de desempregados. Também atacou o extremismo político e disse que quer contribuir para um projeto que evite a polarização.

"Não fugirei dessa luta, embora saiba que será difícil. Há outros bons nomes que têm se apresentado para que o país possa escapar dos extremos da mentira, da corrupção e do retrocesso", salientou.

Governistas

No evento, realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, foi possível perceber a presença de parlamentares alinhados com o Palácio do Planalto. Apesar de serem senadores pelo Podemos, Marcos do Val (ES) e Eduardo Girão (CE) tiveram destacada participação na tropa de choque governista na CPI da Covid.

Outro que também marcou presença foi o deputado Luís Miranda (DEM-DF), responsável por trazer à tona, na comissão de inquérito, o esquema da compra da vacina indiana Covaxin ? que supostamente seria de interesse do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR). Da mesma forma, o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta ? pré-candidato à Presidência pelo União Brasil, resultado da fusão entre DEM e PSL ?, prestigiou o evento.

Juros altos e PIB em queda em 2022



Ao revisarem as projeções de **inflação** para cima, analistas lembram que o Banco Central precisará acelerar o ritmo de alta da taxa básica de juros (Selic) se quiser manter a **inflação** dentro da meta no ano que vem. Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, destacou que a recente crise fiscal ainda não mostrou seu pleno impacto na economia, mas dá mostras do que pode significar para 2022. "O IPCA de outubro, que novamente veio acima das expectativas de mercado, ainda tem a ver com o que aconteceu antes da quebra do regime fiscal, mas sinaliza os problemas que teremos pela frente. Com cerca de 35% do IPCA crescendo acima de dois dígitos, o BC terá dificuldade para trazer a **inflação** para a meta ano que vem", disse.

"Mesmo com os juros subindo para os 11,75% ? nova projeção ante os 10,5% esperados anteriormente ?, não mudamos a expectativa de 4,7% de IPCA em 2022. Subir os juros para esse patamar ajudará a manter o IPCA nessa faixa, pois, caso contrário, teríamos que aceitar uma Selic menor e a **inflação** teria que ser ajustada para 5,5%", alertou o economista.

Vale manteve em 0% a previsão para o Produto Interno Bruto (**PIB**), no ano que vem, mas disse que "há 50% de chance de uma recessão acontecer", especialmente com juros mais elevados.

Eduardo Velho, economista-chefe da JF Trust, revisou a estimativas de **inflação** para 10,10% em 2021 e para 5,94% em 2022. "A inércia começa a forçar a **inflação** mês a mês, que passa a ficar próxima de 1% em novembro e em dezembro, o que é muito preocupante. Será preciso que o Banco Central dê uma paulada mais forte nos juros se quiser cumprir o compromisso de trazer o IPCA para o centro da meta em 2022", alertou.

Velho lamentou o fato de o BC ter demorado para

começar a reagir à persistência inflacionária. "O timing para um ajuste monetário mais forte foi perdido em maio. O mercado está percebendo que a **inflação** está muito disseminada e não ocorre apenas pelos reajustes dos preços administrados (como conta de luz e transporte)", disse.

Arnaldo Lima, diretor de Estratégias Públicas do grupo Mongeral Aegon (MAG), elevou a projeção de alta do IPCA de 2021 de 9,7% para 9,9%, mas manteve, "neste momento", a previsão de 4,5% para 2022. Ele também reconheceu, no entanto, que deve haver uma alta mais forte nos juros para a convergência da **inflação** para a meta em 2022, "mesmo acarretando perda de dinamismo econômico". Ele lembrou que, além dos combustíveis e da energia, "outra fonte de pressão inflacionária é a taxa de câmbio, cuja desvalorização também é reflexo do elevado risco fiscal".(RH)

Moro rasga fantasia de frente única com discurso para 2018

Igor Gielow

SÃO PAULO

Se alguém ainda acalentava a ideia de que Sergio Fernando Moro usaria sua estreia no figurino de presidenciável para pregar uma união nacional abnegada, em que todos os candidatos da terceira via estariam de mãos dadas para decidir quem romperia a polarização lá para abril, perdeu tempo.

Como seria previsível, Moro apresentou-se como o depositário de um projeto a ser seguido. "Aberto para adesão" da "pessoa que quiser me apoiar", nas palavras do ex-juiz. Claro, depois ele falou que apenas estava se colocando à disposição de um projeto e disse que há bons nomes na praça.

Mas para o bom entendedor, Moro foi Moro. Falou em um chamado messiânico no questionamento se ele havia abandonado o Brasil por ter aceito um contrato milionário no exterior ("Precisava ganhar a vida", num momento em que foi visto como carta fora do baralho), disse antecipar uma luta estilo Davi versus Golias.

A presença solitária do menos denso dessas alternativas a Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva, Luiz Henrique Mandetta (DEM), foi eloquente. Convidado à filiação de Moro ao Podemos, governador João Doria (PSDB) preferiu tratar do esquema de segurança da Fórmula-1 em São Paulo.

"Gosto de Sergio Moro. Estaremos juntos na luta pelo Brasil em 2022", disse telegraficamente à Folha o tucano.

Em 50 minutos de discurso, o ex-juiz símbolo da Operação Lava Jato e ex-ministro da Justiça de Bolsonaro buscou, antes de tudo, oferecer "hedges" às críticas que recebe.

Assim, iniciou curiosamente admitindo que sua dicção e tom de voz não são exatamente inspiradores, mas conclamou a plateia a ouvir "suas palavras". De fato, como a organização algo amadorística do evento demonstrou, ainda falta adicionar firulas do marketing político à nova persona do ex-juiz.

Refutou a pecha de ter feito uso político de sua caneta na Vara Federal de Curitiba, um recado que se tornou

difícil de assimilar após ter tido suas sentenças contra Lula anuladas por parcialidade pelo Supremo, independentemente do mérito de acusações.

Teve mais sucesso ao negar Bolsonaro pela enésima vez, ao dizer que apenas queria mudanças no país. É um discurso com o qual o bolsonarista arrependido se identifica, e ele está longe de ser uma força desprezível em 2022.

Esta, contudo, é a questão central da fala de Moro. Se tivesse sido apresentada para a eleição de 2018, há poucas dúvidas sobre o potencial eleitoral que teria representado para o ex-juiz. Naquele momento, estar isolado na política como ele está hoje, odiado à esquerda e à direita, era um trunfo que Bolsonaro aproveitou bem.

E Moro era imensamente mais popular naquele ponto de sua carreira, sem ter sofrido o desgaste do ano em que foi ministro até romper com Bolsonaro e virar presidenciável ou os arranhões da Vaza-Jato e no Supremo.

Talvez por não ter mais o que mostrar, o tom da cruzada anticorrupção permeou sua primeira fala. É uma aposta, em especial porque ele jogou no mesmo balaio o antipetismo ("Chega de mensalão" soou muito 2005, contudo) e o antibolsonarismo ("Chega de rachadinha", mais atual).

Mas eleições são sobre uma pergunta só: o que a população quer. E com **inflação** perigando sair de controle, gasolina a R\$ 8 o litro e efeitos nefastos da pandemia ainda em curso, a resposta tende a estar na formulação clássica do marqueteiro americano James Carville: É a economia, estúpido.

Obviamente, essa é uma observação de novembro de 2021, e a própria existência de um presidente Bolsonaro mostra que futurologia é ocupação de alto risco.

Moro ensaiou um caminho de ligar o lava-jatismo à realidade de 2022, ao associar a corrupção à miséria, cujo combate logo na sequência entrou na sua lista de prioridades, ao lado do fim das desigualdades, do cerco à **inflação**, das liberdades individuais, da família, do emprego, da defesa do ambiente, enfim, de tudo.

Por óbvio a parte mais rasa de um discurso unidimensional, a lista de prioridades ainda viu Moro beijar a cruz do mercado, mas negar o "capitalismo cego", citar novamente Abraham Lincoln (governo "sem malícia e com caridade"), reciclar o Fome Zero de Lula ("Força-Tarefa da Miséria ou algo assim) e defender jornalistas.

Mas sua ênfase era no papel no qual se sente mais confortável, o de cruzado que quer a instalação de uma "corte anticorrupção", do fim do foro privilegiado e da reeleição. Colocou na conta também um superdimensionado sucesso no combate ao crime, já que sua pasta cuidava também da Segurança, ao longo de 2019.

Moro também assumiu um papel crescente, o de favorito entre os militares decepcionados com Bolsonaro. Defendeu as Forças Armadas como instituições de Estado numa plateia em que estavam os influentes generais da reserva Carlos Abertos dos Santos Cruz e Paulo Chagas.

Há pouca dúvida de que esse foco talhado para 2018 encontra ressonância hoje, mas é incerto seu efeito na viabilização de uma candidatura altamente insular.

Seja como for, ao lado da criação do personagem Bolsonaro do Centrão e da entrada em cena do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), Moro mexe placas tectônicas de 2022, como as ausências à sua estreia demonstram.

Em abril, houve um momento breve de união dessas forças para criticar a crise militar provocada por Bolsonaro, mas o padrão de interesses dissonantes segue prevalente. Moro entendeu isso.

Site:

[https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49726&_ga=2.96104859.629946747.1636534692-](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49726&_ga=2.96104859.629946747.1636534692-1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&anchor=6445091&pd=9322b3d84f77af2be6e2a912c736e089)

[1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&anchor=6445091&pd=9322b3d84f77af2be6e2a912c736e08](https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49726&_ga=2.96104859.629946747.1636534692-1946347472.1596450023&_mather=99b60185a03a2da0&anchor=6445091&pd=9322b3d84f77af2be6e2a912c736e089)

9

Inflação não se esgota em 2021 e ameaça preços em 2022

Leonardo Vieceli

Os reflexos da escalada da **inflação** no Brasil vão além da onda de revisões para cima no IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 2021.

Produtos e serviços devem permanecer pressionados no curto prazo, em meio a um contexto de dólar alto, incertezas fiscais e retomada do setor de serviços.

O quadro traz o risco de a **inflação** se espalhar ainda mais pela economia, pelo menos até a largada de 2022, comprometendo o desempenho da atividade econômica, apontam analistas.

A preocupação ganhou força nesta quarta-feira (10), após a divulgação do IPCA de outubro. No mês passado, o indicador oficial de **inflação** subiu 1,25%, acima das projeções do mercado.

A taxa é a maior para outubro desde 2002, informou o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Com o resultado, a **inflação** acumulada em 12 meses permanece acima de dois dígitos, alcançando 10,67%.

Trata-se do maior acumulado desde janeiro de 2016 (10,71%), quando a economia brasileira amargava recessão.

"Estamos caminhando para uma **inflação** de dois dígitos ao final de 2021. Isso coloca muitas dificuldades para 2022", afirma Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados.

"O câmbio continua pressionado, temos um cenário de muitos desafios fiscais, e o governo não sinaliza uma correção de rota. O problema da **inflação** neste patamar é que ela pode se espalhar ainda mais."

O avanço do IPCA em outubro foi acompanhado por altas nos preços dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE.

O destaque veio dos transportes. Esse segmento teve a maior variação (2,62%) e o principal impacto no índice do mês (0,55 ponto percentual).

Dentro de transportes, a gasolina avançou 3,10%. Assim, teve a principal contribuição individual (0,19

ponto percentual) no IPCA de outubro.

Em novembro, a gasolina deve voltar a pressionar o IPCA, aponta o economista André Braz, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). Isso deve ocorrer porque, no final do mês passado, a Petrobras anunciou um novo reajuste nas refinarias. O óleo diesel também subiu na ocasião.

A política de preços da estatal leva em consideração as cotações do petróleo no mercado internacional, que saltaram com a reabertura da economia global, e a variação do dólar.

A moeda americana, cita Braz, vem subindo diante da turbulência política no Brasil e das incertezas fiscais.

As dúvidas com o rumo das contas públicas ganharam força nas últimas semanas, após o governo Jair Bolsonaro (sem partido) decidir driblar o teto de gastos para bancar o Auxílio Brasil.

"A grande questão é a incerteza fiscal. Há uma inércia inflacionária muito grande no país. A gente vai levar o efeito de alguns reajustes deste ano para 2022", define Braz.

"Por exemplo, as tarifas de ônibus urbanos devem ter revisão com o preço do diesel mais alto", completa.

O economista relata que, além dos combustíveis, itens como a energia elétrica devem continuar pressionando o bolso dos consumidores entre o final de 2021 e o início de 2022.

A bandeira de escassez hídrica, que encarece a conta de luz, deve vigorar até abril do próximo ano.

Combustíveis e energia elétrica em nível elevado aumentam os custos de operação de empresas, que podem repassá-los para bens e serviços vendidos ao consumidor.

"A energia elétrica só deve ficar mais baixa a partir de maio", diz Braz.

Em outubro, o segundo maior impacto individual no IPCA veio das passagens aéreas: 0,15 ponto percentual. O item subiu 33,86% no mês passado.

"A depreciação cambial e a alta dos preços dos combustíveis, em particular do querosene de aviação, têm contribuído com o aumento das passagens aéreas", relatou Pedro Kislakov, gerente da pesquisa do IPCA.

"A melhora do cenário da pandemia, com o avanço da vacinação, levou a um aumento no fluxo de circulação de pessoas e no tráfego de passageiros nos aeroportos. Como a oferta ainda não se ajustou à demanda, isso também pode estar contribuindo com a alta dos preços", completou.

Após a divulgação do IPCA de outubro, analistas e instituições financeiras passaram a prever **inflação** acumulada de dois dígitos, no patamar de 10%, até o final de 2021.

Vale, da MB Associados, lembra que, em razão da carestia de bens e serviços, o BC (Banco Central) terá de promover novos aumentos na taxa básica de juros, a Selic. Os juros mais altos jogam contra o consumo das famílias e os investimentos de empresas.

Ou seja, há um desafio adicional para o crescimento da atividade econômica em 2022, ano eleitoral. A MB projeta estagnação (0%) do **PIB** (Produto Interno Bruto) no próximo ano, mas não descarta uma recessão -queda do indicador.

Além das dificuldades internas, existem ainda riscos no cenário externo. Isso ocorre porque os preços também vêm ganhando força em outros países.

A **inflação** ao produtor na China, por exemplo, atingiu a máxima em 26 anos em outubro. Os preços do carvão dispararam em meio à crise de energia no centro industrial do país asiático.

José Ronaldo Souza Júnior, diretor do Ipea e professor do Ibmecc-RJ, avalia que a **inflação** no Brasil deve continuar pressionada entre o final de 2021 e o começo de 2022. Ele relata que a volta do setor de serviços é um elemento a mais de impacto no IPCA neste momento.

Apesar disso, o analista projeta uma trégua nos preços ao longo do próximo ano, devido a fatores como os juros mais altos e melhores condições hídricas, que podem baixar a conta de luz.

Neste século, o maior IPCA acumulado em 12 meses foi registrado pelo IBGE em maio de 2003. À época, o índice de **inflação** chegou a 17,24%.

"Chegar a um patamar como esse seria uma tragédia que ainda não está no radar. A política monetária vem

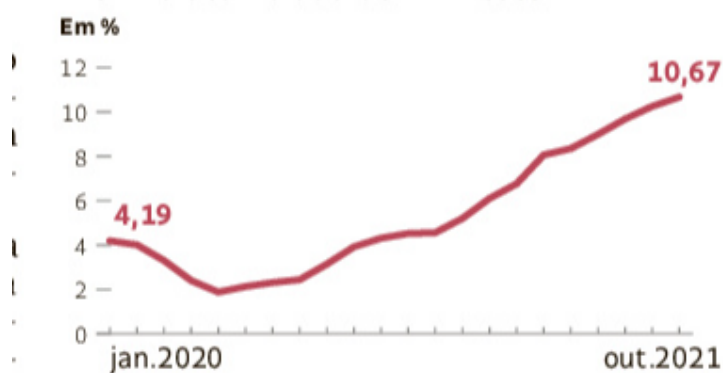
aplicando um remédio [alta dos juros] para conter a **inflação**. O problema é que esse remédio também afeta a atividade econômica", analisa Braz, do FGV Ibre.

Site:

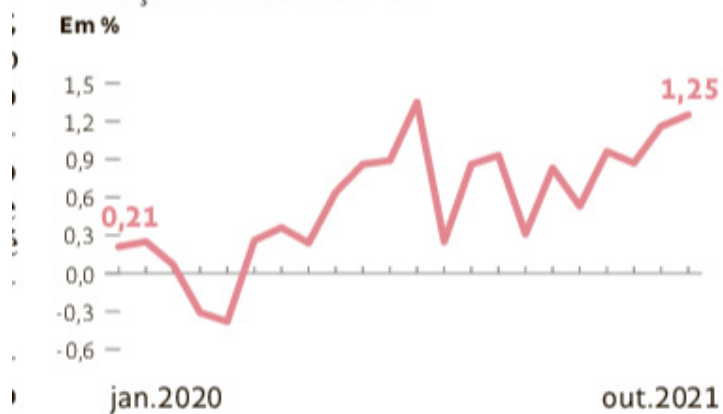
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49726&anchor=6445081&pd=f7a0971060771b139e28cae01c17d5b8>

Escalada inflacionária

IPCA no acumulado de 12 meses

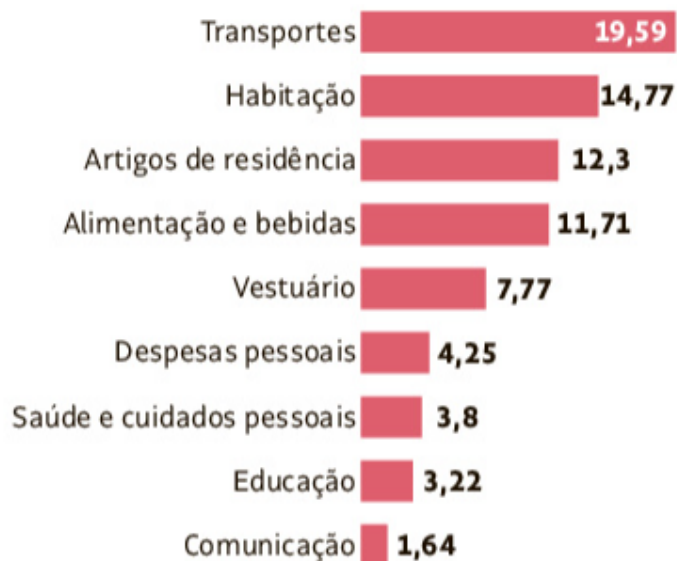


Varição mensal do IPCA



IPCA por grupos

Acumulado de 12 meses, até out.21, em %



Fonte: IBGE

O esquisito critério do fundo de segurança (Editorial)

O Ministério da Justiça alterou os critérios de repasse do Fundo Nacional de Segurança Pública. Cada Estado receberá no mínimo 3,5% dos recursos. Assim, 94,5% serão repartidos em cotas idênticas. É difícil imaginar um critério mais irracional, injusto e ineficaz.

Pelo menos quatro critérios serviriam para aprimorar os repasses. Um é o demográfico, ou seja, distribuição per capita: Estados mais populosos recebem mais. Outro é o socioeconômico: Estados mais pobres recebem mais.

Outro compensaria os déficits de segurança: Estados mais violentos recebem mais. Por fim, um mecanismo de incentivos poderia premiar as boas práticas, estimulando Estados com pior desempenho a replicar sistemas mais eficazes.

Uma combinação desses critérios talvez fosse o ideal.

Já a nova metodologia, contrariando as propostas de um grupo de estudos criado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), é alheia às necessidades do enfrentamento ao crime. Na prática, quanto maior a população de um Estado, menos ela receberá.

Cada habitante de São Paulo, por exemplo, receberá o equivalente a R\$ 0,67, enquanto o do Acre receberá R\$ 31,55. Minas Gerais receberá praticamente o mesmo que Sergipe, embora tenha 8 vezes mais policiais e 9 vezes mais habitantes.

É verdade que Estados do Norte e Nordeste, em geral mais pobres e violentos, tendem a receber mais. Mas não necessariamente.

O Distrito Federal, por exemplo, que tem o maior **PIB** per capita da Federação e o segundo menor índice de pobreza extrema (1,9%), será a terceira unidade mais beneficiada, com R\$ 8,8 milhões a mais do que os R\$ 16,5 milhões previstos originalmente pela Senasp. Já o Pará, com 19,3% da população na miséria, perderá R\$ 4,3 milhões.

A Bahia, um dos dez Estados com menor **PIB** per capita e o segundo mais violento, perderá R\$ 2,7 milhões. Já Santa Catarina, o segundo Estado menos violento e o quarto maior em **PIB** per capita, receberá R\$ 1,2 milhão a mais. O Rio de Janeiro, o maior

epicentro do crime organizado, perderá R\$ 7,9 milhões.

O Estado mais beneficiado será o Espírito Santo, com R\$ 10,1 milhões a mais. Poder-se-ia supor que se trata de um prêmio aos avanços capixabas. Não é o caso. São Paulo, que com muitas boas práticas se tornou o Estado menos violento do País, será o mais prejudicado, perdendo R\$ 27,7 milhões.

Em suma, o novo critério nada tem a ver com as necessidades regionais de segurança. O Fundo é só mais um pedaço dos cofres públicos submetido às ambições eleitorais de Jair Bolsonaro.

Recentemente, o Planalto determinou por Medida Provisória a utilização do Fundo para subvencionar crédito imobiliário a servidores da segurança, uma das bases eleitorais de Bolsonaro. Agora, Estados que são bases eleitorais de seus desafetos ou potenciais adversários - como São Paulo, Rio ou Minas - serão expressivamente prejudicados, enquanto Estados em que Bolsonaro busca amealhar votos - como Roraima, Paraíba ou Piauí - serão privilegiados.

Além de introduzir distorções no Fundo, o governo negligenciou o Sistema Único de Segurança Pública, criado para integrar as ações dos Estados, condição-chave para reprimir a expansão do crime organizado. Se a única política de segurança pública que persegue com afinco, o armamento da população, já é questionável, a redução dos mecanismos de controle promovida por Bolsonaro é absolutamente injustificável.

O dito "cidadão de bem", que legitimamente advoga a posse de arma como prerrogativa de seu direito à autodefesa, não teria problema em se submeter a uma fiscalização rigorosa.

Só os criminosos ganham com menos controle.

Assim, o presidente não só negligencia instrumentos para modernizar as forças de segurança, como está destruindo o pouco que foi feito e municinando o crime. Não surpreende que os índices de violência tenham voltado a subir.

Da bandeira da segurança pública de Bolsonaro, talvez a mais agitada em sua campanha, restam só

farrapos. A população pagará sua incompetência e oportunismo por anos, literalmente com sangue e lágrimas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Moro adota discurso de presidenciável, cita força-tarefa contra a pobreza e busca 3ª via



Sérgio Moro durante evento de filiação ao Podemos, em Brasília

**MARCELO DE MORAES, LAURIBERTO POMPEU,
RUBENS FIGUEIREDO, MARIA CRISTINA PINOTTI**

Com discurso de candidato ao Palácio do Planalto, o ex-ministro da Justiça Sérgio Moro assinou ontem a ficha de filiação ao Podemos com críticas ao PT e ao governo de Jair Bolsonaro e se apresentou como a principal opção da terceira via na disputa de 2022. Ao abandonar a promessa de jamais entrar na política, o ex-juiz da Lava Jato tentou dar um verniz social à sua plataforma e disse que sua meta é criar uma nova força-tarefa, desta vez para erradicar a pobreza.

"Chega de corrupção, chega de mensalão, chega de petrolão, chega de rachadinha, chega de orçamento secreto", disse Moro no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, numa referência a escândalos que marcaram os governos do PT e de Bolsonaro. "Chega de querer levar vantagem em tudo e enganar o povo brasileiro." Diante de uma plateia formada em sua maioria por políticos, muitos dos quais rompidos com Bolsonaro - como os ex-ministros Luiz Henrique Mandetta (Saúde) e Carlos Alberto dos Santos Cruz (Secretaria de Governo) -, Moro apresentou diretrizes genéricas de um programa que vai além do enfrentamento da corrupção.

Acenou ao mercado, à imprensa e às Forças Armadas, defendeu reformas, principalmente a tributária, pregou a privatização de estatais ineficientes

e o combate à inflação.

Foi um pronunciamento sob medida para se aproximar dos eleitores de Bolsonaro.

SOCIAL. Após dizer que foi "boicotado" no governo Bolsonaro e deixou a equipe porque "nenhum cargo vale a alma de uma pessoa", o ex-ministro afirmou que o País precisa muito mais do que programas como Bolsa Família, lançado na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e Auxílio Brasil, anunciado por Bolsonaro.

Moro retornou ao Brasil recentemente, após um ano trabalhando na consultoria Alvarez Marsal, nos Estados Unidos.

"Esse não é um projeto pessoal de poder, mas, sim, um projeto de país. Nunca tive ambições políticas, quero apenas ajudar. Se, para tanto, for necessário assumir a liderança nesse projeto, meu nome sempre estará à disposição do povo brasileiro", afirmou Moro.

"Não fugirei dessa luta, embora saiba que será difícil." Pesquisa da Genial/Quaest divulgada ontem mostrou o ex-ministro em terceiro lugar na corrida para 2022, com 8% das intenções de voto, despontando como potencial nome da terceira via na polarização entre Bolsonaro e Lula. Moro aparece empatado, na margem de erro, com o pré-candidato do PDT, Ciro Gomes, que registra 7%.

Bolsonaro tem 21% e Lula, 48%.

CAMPO. Atualmente, o campo da terceira via está congestionado e apresenta outros dez nomes, incluindo os três tucanos que vão disputar as prévias do PSDB para escolha do candidato, no próximo dia 21 - os governadores João Doria (SP) e Eduardo Leite (RS) e o ex-prefeito de Manaus Arthur Virgílio.

A entrada de Moro nesse páreo divide os partidos e não são poucos os que veem com desconfiança a aproximação de ex-integrantes da Lava Jato, como o ex-coordenador da força-tarefa de Curitiba, Deltan Dallagnol, com o mundo político.

"A candidatura de Moro só vai agravar sua crise de identidade.

Ele vivia disfarçado de juiz e agora quer se disfarçar de político para resolver suas enormes contradições. Nenhuma das vestes lhe cabe", provocou Ciro. O senador Cid Gomes (PDT-CE), irmão dele, foi na mesma linha.

"Se tem mais gente para dividir, é claro que isso atrapalha e faz o jogo do Bolsonaro." PERFIL. O presidente do PSD, Gilberto Kassab, descartou de antemão uma aliança com Moro.

"Eu acho que o perfil vencedor será aquele que representar a união do País, a pacificação, o compromisso com a solução dos problemas da saúde, em especial com essa questão da pandemia, e a melhoria na educação pública", afirmou Kassab, que defende a candidatura do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Em junho, o Supremo Tribunal Federal considerou Moro parcial no julgamento de Lula sobre o triplex do Guarujá. A suspeição do ex-juiz se estendeu depois para outros casos.

Antes, a Corte já havia anulado as condenações do petista. No ato de filiação ao Podemos, o ex-ministro não abordou diretamente o assunto, mas defendeu o legado da Lava Jato.

ANÁLISE

RUBENS FIGUEIREDO, CIENTISTA POLÍTICO

Bem diferente da Lava Jato

O Sérgio Moro que discursou na cerimônia de filiação ao Podemos é bem diferente do Moro do auge da Lava Jato. Entre um momento e outro, alguns acontecimentos marcantes. As divulgações do site Intercept, mostrando o ex-juiz combinando com procuradores as estratégias do processo, a passagem pouco edificante pelo governo Bolsonaro e a decisão do Supremo que anulou as condenações de Lula.

Moro entra na disputa mais fraco do que nos seus melhores momentos, mas ainda a ponto de ter um nível de intenção de voto que o coloca na disputa pelo terceiro lugar.

Resta saber o que o espera daqui para a frente.

A candidatura Moro deixa Lula, seu prisioneiro preferido, ainda mais forte. Além de não agregar os candidatos da chamada "terceira via" caso vá para o segundo turno, o ex-juiz pode dividir votos com Bolsonaro no segmento mais escolarizado e de mais renda, que tem preocupação mais acentuada com a corrupção.

Mas o discurso contra a impunidade fica longe de empolgar os mais pobres, mais preocupados com o preço do feijão do que com as práticas ilícitas de políticos mal-intencionados.

ANÁLISE

MARIA CRISTINA PINOTTI, COAUTORA DE "CORRUPÇÃO: LAVA JATO E MÃOS LIMPAS" E ECONOMISTA

Partindo de um diagnóstico preciso sobre a situação institucional, social e econômica do País, Sérgio Moro, em seu discurso de filiação, faz uma síntese interessante de propostas caras à direita e à esquerda, pavimentando um caminho promissor para a aglutinação de forças da terceira via em torno de um projeto para tirar o Brasil do círculo vicioso de estagnação econômica, pobreza e desigualdade.

Junto com a defesa das reformas prioritárias, como a tributária, a privatização, a abertura da economia, necessárias para aumentar a eficiência, enfatiza a premência de um programa nacional de erradicação da pobreza absoluta e de melhoria na qualidade da educação.

Reafirma, em boa hora, a necessidade do compromisso com a responsabilidade fiscal para sairmos da armadilha dos aumentos de risco, inflação e juros.

Corretamente aponta que as reformas necessárias empacam no Congresso, ou de lá saem mutiladas, por ferirem interesses de grupos ou indivíduos, sem que o interesse público seja levado em conta.

A história mostra que a qualidade das instituições determina o grau de desenvolvimento - e de corrupção - dos países. Ao apontar para esse fato, Moro traz ao debate um assunto crucial.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Senado precisa barrar a PEC dos Precatórios (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Pesquisa mostra queda de popularidade presidencial

Claudia Violante

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187059?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187059?page=1§ion=1